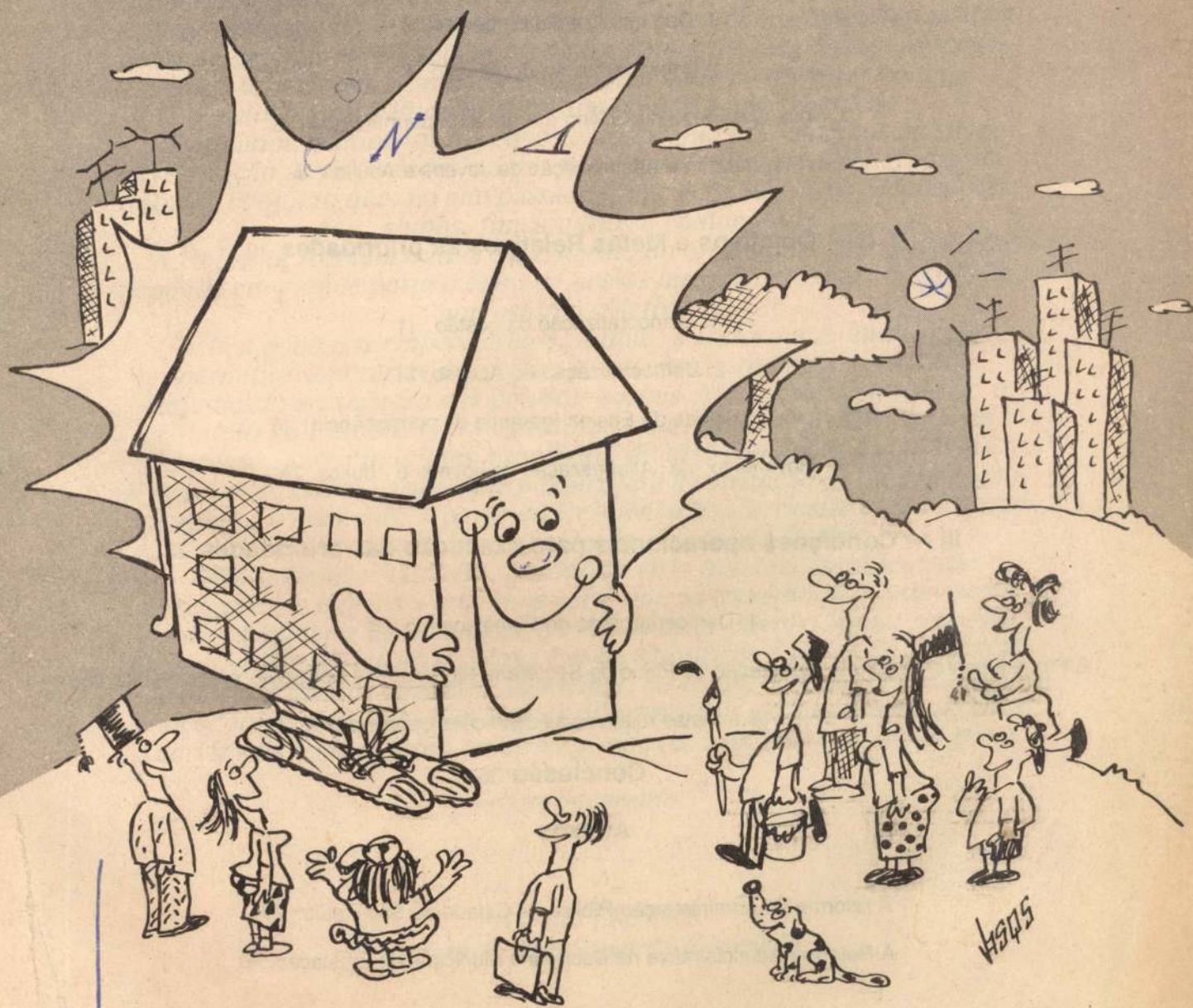


construindo a educação pública popular

ano 2



Prefeitura do Município de S. Paulo — Secretaria Municipal de Educação — 1990.

Fevereiro de 1990

Juliano de 90
E.

Índice

Introdução 4

I — Definição das Prioridades 5

1. Democratização da gestão 6
2. Democratização do Acesso 7
3. Nova Qualidade de Ensino (garantia da permanência) 8
4. Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos 9

II — Objetivos e Metas Relativos às prioridades 10

1. Democratização da gestão 11
2. Democratização de Acesso 13
3. Nova Qualidade de Ensino (garantia da permanência) 16
4. Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos 21

III — Condições operacionais para execução das prioridades 23

1. Democratização do Planejamento 24
2. Procedimentos finais e a elaboração do Plano da Secretaria Municipal de Educação: o Orçamento 25
3. Objetivos e Metas relativos às condições operacionais. 25

Conclusão 26

Anexos

A reforma da Administração Pública na Cidade de São Paulo. 27

A Reforma Administrativa na Secretaria Municipal de Educação 30

Aos que fazem a educação conosco em São Paulo

Este documento reflete o processo de consolidação da Política Educacional que começamos a construir juntos desde janeiro de 1989. Nele estão sistematizadas as prioridades que vêm norteando a prática desta Secretaria: democratizar a gestão, democratizar o acesso à escola, implementar um ensino com nova qualidade e colaborar com os Movimentos Populares na luta contra o analfabetismo.

Definimos também os objetivos e metas que pretendemos alcançar em relação às prioridades acima. Isto só se tornou possível graças ao trabalho conjunto que, no ano passado, uniu Administração, educadores, pais, alunos, funcionários e comunidade.

A Reforma Administrativa e o Estatuto do Magistério, metas das quais depende em grande parte o êxito de nossas iniciativas, exigirão, também, um esforço coletivo.

Vale a pena nos empenharmos. Afinal, a Reforma Administrativa permitirá superar as distorções e entraves burocráticos que têm prejudicado a execução das políticas sociais desta Administração. E o Estatuto do Magistério irá estruturar a carreira dos profissionais de Educação, garantindo-lhes a melhoria de suas condições de trabalho. É um dos requisitos básicos que possibilitará a realização de uma proposta pedagógica consistente, a partir da Reorientação Curricular e do Processo de Formação Permanente do Pessoal de Ensino.

Não podemos, também, perder de vista que tais questões estão estreitamente ligadas à luta mais geral que se trava no país pela escola pública popular e democrática. Devemos estar envolvidos no processo de discussão e definição da Nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e da Lei Orgânica Municipal, de forma a, junto com outros educadores, contribuir para universalizar no país uma educação pública a serviço da emancipação cultural, política e econômica de nosso povo.

Fraternalmente

PAULO FREIRE
Secretário Municipal da Educação

Introdução

Em fevereiro de 1989, os educadores da rede municipal de ensino recebiam o documento "Construindo a Educação Pública Popular", em que a recém empossada Administração da Secretaria Municipal de Educação expunha as suas principais diretrizes.

Estamos novamente na época de planejar o ano letivo que se inicia. É tempo de analisar, criticar e decidir o que fazer para continuar construindo, progressivamente, a escola pública que desejamos: **uma escola pública popular autônoma, criativa, competente, séria e alegre ao mesmo tempo, animada por um novo espírito.**

Retomamos agora o documento inicial, num esforço para identificar até onde conseguimos caminhar na direção de uma **escola pública democrática e popular.**

Para nós, tal escola deve ser um local tanto de elaboração e construção de conhecimento e organização política das classes populares, quanto de solidariedade de classe; um espaço onde se incentive a participação do povo na criação do saber, que é instrumento de luta na transformação da história; um centro irradiador de cultura, para que a comunidade não só se aproprie dela mas também a recrie.

A união entre educação formal e educação não formal deve ser o novo espírito a animar a escola. Consideramos que o processo de ensino-aprendizagem não se esgota na sala de aula, mas envolve a articulação de grupos, núcleos, associações, entidades, propiciando o debate de idéias, através do qual a organização popular sistematiza a própria experiência. Tudo aquilo que contribui para a formação da criança, jovem e adulto, enquanto indivíduos críticos e conscientes de suas possibilidades de atuação no contexto social, deve ser considerado como prática educativa.

Três princípios básicos norteiam a política desta administração: participação, descentralização e autonomia.

Na tradição política brasileira, participação tem significado apenas a discussão de problemas, sem acesso a decisões e, por descentralização, entende-se a execução de tarefas já decididas. A atual administração acredita que participação e descentralização implicam compartilhar o poder, ou seja, implicam autonomia para que as escolas tomem decisões em conjunto com os órgãos centrais da Secretaria Municipal de Educação.

Para que esta autonomia possa ser exercida, alguns instrumentos, como acesso às informações e recursos financeiros, precisam estar disponíveis a todos. Somente assim, a responsabilidade pela educação no município poderá ser assumida coletivamente.

É através do Conselho de Escola, ainda em processo de consolidação, que tal processo vem sendo desencadeado. Ao definir seu Plano Anual (pedagógico, administrativo, orçamentário), o Conselho deve tomar decisões que levem em conta as prioridades da escola e da comunidade, as diretrizes políticas ora vigentes, e os meios necessários para efetivá-las.

Para subsidiar a elaboração do Plano Anual da Escola, apresentamos no item I deste documento, as prioridades que concretizam as diretrizes políticas da Secretaria Municipal de Educação de S. Paulo para 1990. No item II, definiremos objetivos e quantificaremos metas em relação a cada uma das prioridades.

Em seguida, no item III, discorreremos sobre as condições indispensáveis à concretização de novos objetivos e metas: planejamento e recursos orçamentários.

Em anexo, divulgamos textos sobre a Reforma Administrativa na cidade e na Secretaria Municipal de Educação, com elementos que poderão nortear as discussões sobre reorganização da Administração Pública, no Conselho de Escola.

I

Definição das Prioridades

As quatro grandes prioridades da Secretaria Municipal de Educação que concretizam suas diretrizes políticas para 1990 são as seguintes:

- Democratização da Gestão
- Democratização do Acesso
- Nova qualidade de Ensino
- Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos

1) Democratização da Gestão

Fortalecer os colegiados enquanto Fóruns de Decisão

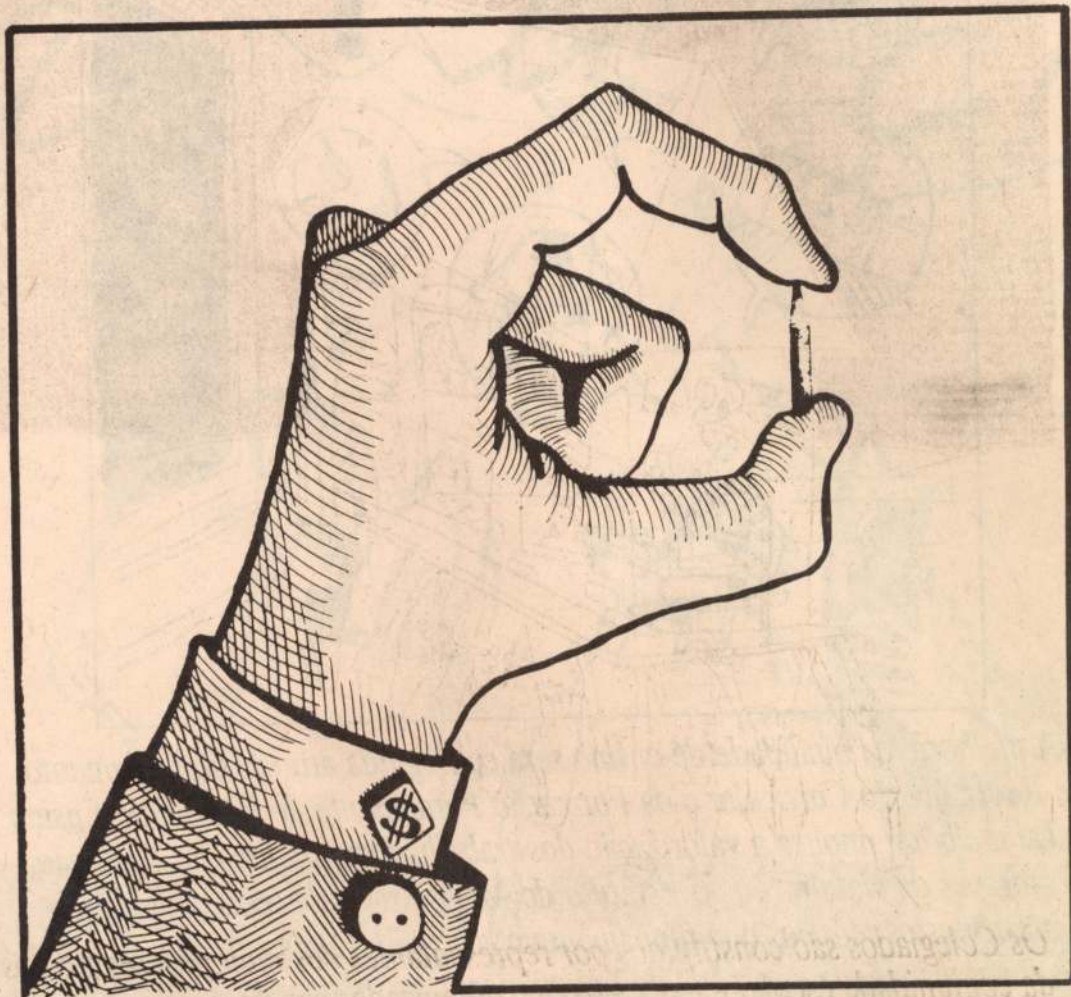


Os Colegiados são constituídos por representantes dos múltiplos segmentos da comunidade escolar e extra-escolar, organizados em diferentes instâncias na administração pública municipal e deverão participar da elaboração da política educacional da cidade de São Paulo.

Na Secretaria Municipal de Educação, propõe-se que a gestão pública se efetive através de colegiados, numa estrutura em que a base é o Conselho de Escola, culminando no Colegiado Central.

2) Democratização do Acesso

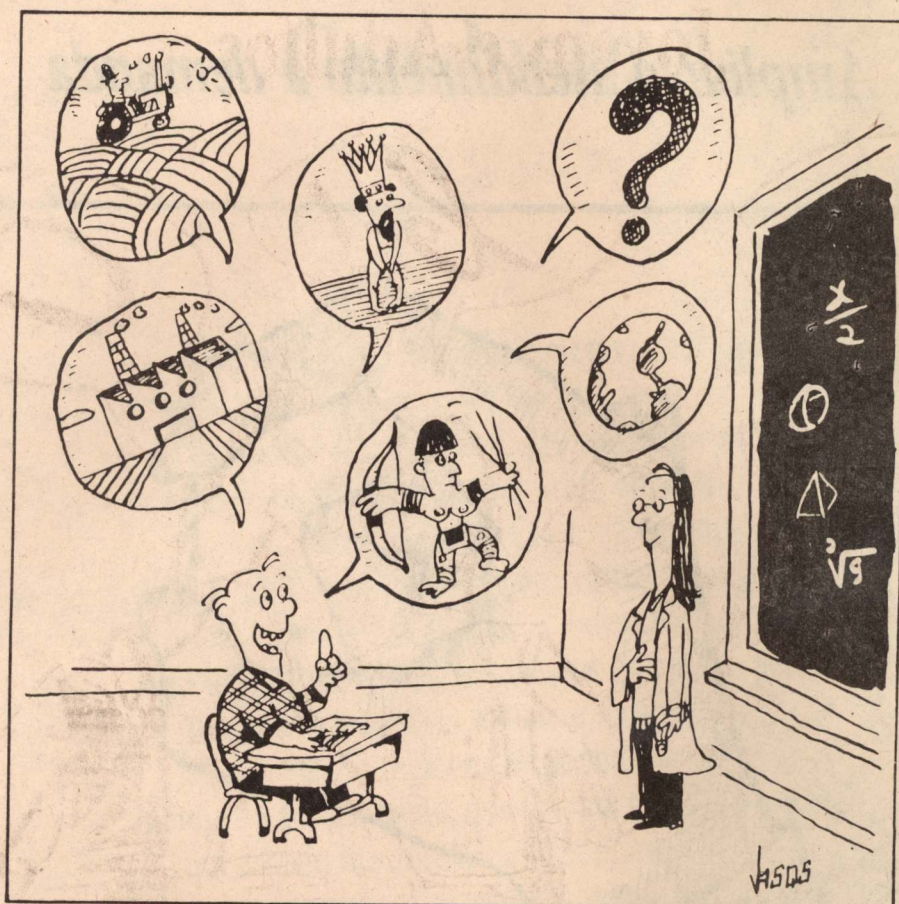
Ampliar o atendimento à demanda



Oferecer ao maior número possível de crianças, jovens e adultos trabalhadores, acesso à pré-escola e ensino fundamental.

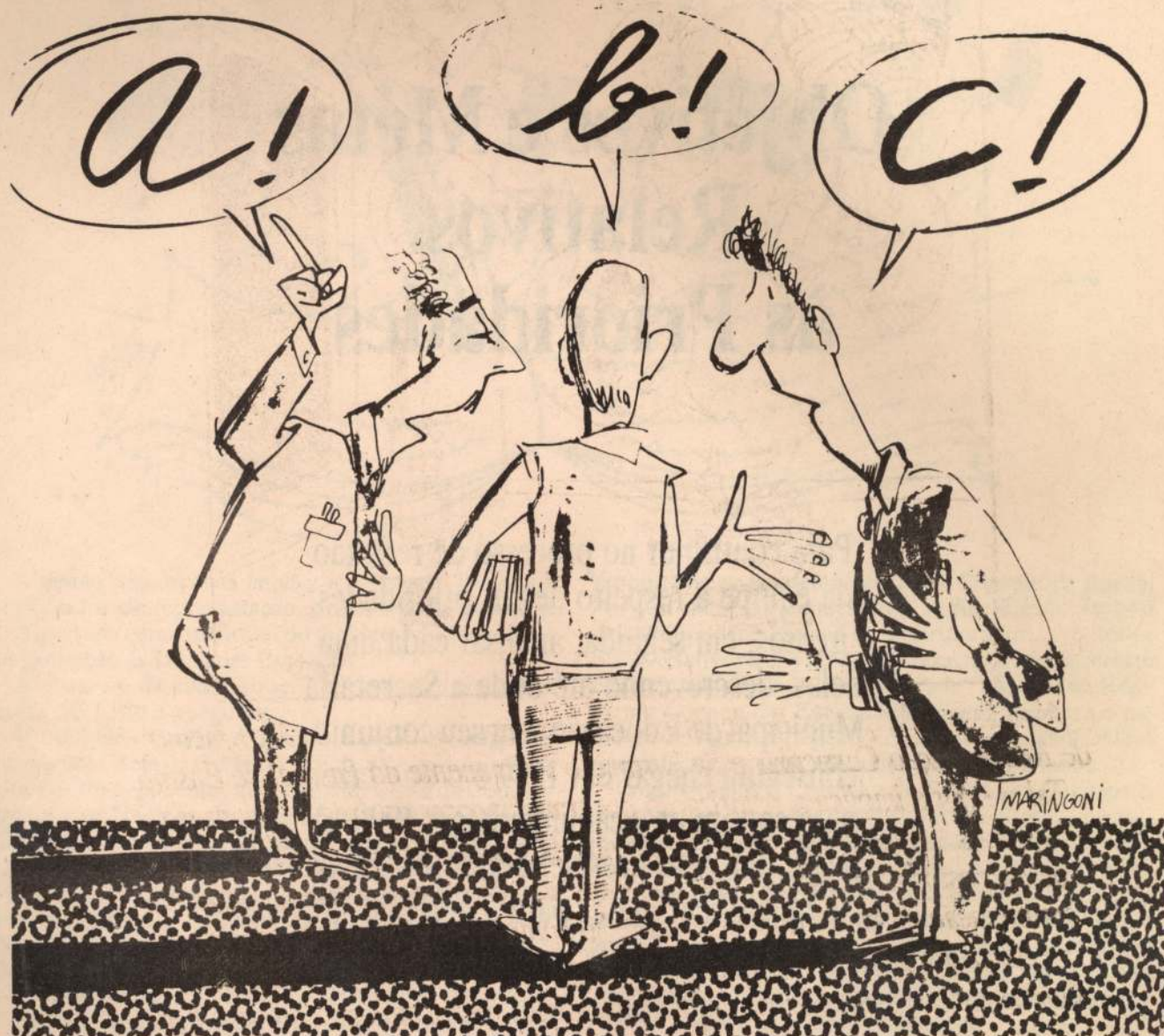
3) Nova Qualidade de Ensino

Garantir a Permanência



A melhoria da qualidade de ensino será conseguida através do Movimento de Reorientação Curricular e da Formação Permanente do Pessoal de Ensino. Tal melhoria implica a valorização dos trabalhadores da área de educação, através da elaboração do Estatuto do Magistério e da reorientação dos pressupostos teóricos que fundamentam sua ação. Implica, ainda, garantir remuneração digna e jornada de trabalho compatível com a permanência dos educadores na escola, aumentando o tempo disponível para estudos, planejamento e avaliação da prática pedagógica, bem como garantir condições de trabalho em espaços físicos adequados. A consequência disso deverá ser uma maior permanência dos alunos na escola, com redução dos atuais índices de expulsão e repetência.

4) Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos



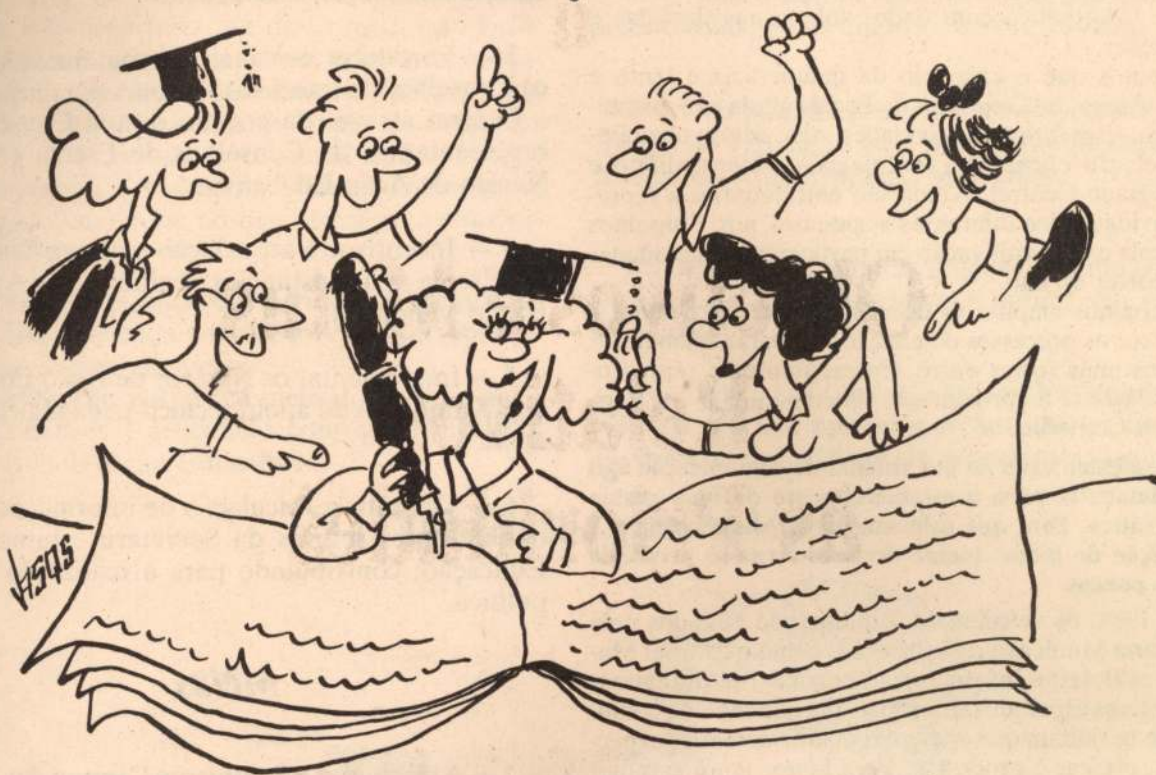
Assegurar aos adultos o direito à alfabetização e pós-alfabetização, através do Ensino Supletivo e do Movimento de Educação de Jovens e Adultos — MOVA-SP.

II

Objetivos e Metas Relativos às Prioridades

Para contribuir no processo de reflexão da equipe a respeito dessas prioridades, iremos, em seguida, analisar cada uma delas, descrevendo até onde a Secretaria Municipal de Educação, em seu conjunto, conseguiu chegar em 1989 e o que fazer para continuar a caminhada em 1990. A partir daí, será possível definir objetivos e quantificar metas para o ano que se inicia.

1. Democratização da Gestão



A gestão democrática implica a existência de canais organizados de representação, articulando a estrutura da Secretaria como um todo, do Gabinete do Secretário de Educação às Unidades Escolares.

A estrutura da administração por colegiados estabelecida em 1.989 é a seguinte:

O **Colegiado Central** é composto pelo Secretário de Educação, Chefe de Gabinete, Chefe da Assessoria Técnica e de Planejamento, Coordenador Geral da Coordenadoria de Núcleos de Ação Educativa (CONAE), Diretora da Diretoria de Orientação Técnica (DOT), Diretora do Núcleo de Planejamento Central, Chefe da Assessoria de Comunicação e Imprensa, Chefe da Assessoria Jurídica e Assessor Especial do Gabinete. O **Colegiado Intermediário** é composto pelo Coordenador Geral da Coordenadoria dos Núcleos de Ação Educativa, Diretora da Diretoria de Orientação Técnica e Coordenadores dos Núcleos de Ação Educativa (em número de dez). Periodicamente, o Colegiado Central é ampliado com a participação de representantes dos Núcleos de Ação Educativa, Assessores do Gabinete e da Coordenadoria dos Núcleos de Ação Educativa.

O Colegiado que está na base da construção dessa

proposta de gestão democrática, é o **Conselho de Escola**. Por sua natureza deliberativa, estabelece no âmbito de cada unidade escolar as diretrizes e os... "critérios gerais relativos à sua ação, organização, funcionamento e relacionamento com a comunidade" (Art. 41 do Regulamento Comum das Escolas Municipais). Cumpre o papel de adequar a política educacional estabelecida à realidade da comunidade a que a escola pertence.

Consideramos o Conselho de Escola como o espaço fundamental em que se constrói e se manifesta a participação de representantes de todos os segmentos da comunidade escolar nas decisões relativas à educação. Estes representantes são eleitos democraticamente por seus pares, a quem devem consultar e prestar contas de sua atuação, sem perder de vista o compromisso de construir uma escola democrática, criativa, crítica, que respeite a identidade cultural de seus alunos, assegurando a apropriação e elaboração do conhecimento.

Os Conselhos de Escola, enquanto Colegiados, expressam suas decisões ao organizarem e avaliarem o Plano Anual, que deve conter as propostas pedagógico-administrativas da Escola; ao participarem das reuniões com os Núcleos de Ação Educativa, nas quais se discute

a atuação do conjunto das escolas na região; ao alimentarem a Assessoria de Comunicação e Imprensa e Centro de Informática com dados sobre suas decisões e realizações.

Sabemos que o exercício da democracia é lento e difícil. Assim, os Conselhos de Escola ainda não assumiram planejamento suas atividades, nem desenvolveram uma relação eficaz com o Colegiado Intermediário e o Colegiado Central. Ainda são embrionárias a representatividade dos diferentes segmentos nos Conselhos de Escola e a da motivação em participar das atividades no decorrer do ano.

Precisamos ampliar as discussões para aperfeiçoar e fortalecer os processos de eleição, procurar estabelecer vínculos mais fortes entre representantes e representados e buscar a aproximação da comunidade extra-escolar ao Conselho.

A implementação de um sistema de comunicação ágil é fundamental para o estabelecimento de uma gestão democrática. Sem que informações precisas estejam à disposição de todos, tomar decisões torna-se privilégio de uns poucos.

Em 1989, os veículos de comunicação editados pela Secretaria Municipal de Educação, como o "Jornal Mural", e os Boletins Informativos Semanais, não atingiram os objetivos esperados. É preciso que os canais de comunicação permitam que as escolas manifestem suas expectativas, críticas e propostas. Para tanto, um dos requisitos é que os Conselhos de Escola e Grêmios Estudantis tenham uma atuação mais representativa e divulguem mais suas atividades. Uma das medidas adotadas para aperfeiçoar o processo de comunicação na Secretaria Municipal de Educação está sendo a de reativar o Grupo de Comunicação, formado por representantes dos Núcleos de Ação Educativa, com a expectativa de que ele se constitua num dos elementos importantes para a descentralização das informações e propicie uma maior participação das escolas.

Tendo em vista o aperfeiçoamento da gestão democrática da Secretaria Municipal de Educação, definimos os objetivos e metas para isso que passaremos a descrever em seguida.

Objetivos

1 — Fortalecer os Conselhos de Escola como unidades deliberativas, nos marcos das diretrizes político-educacionais da Secretaria Municipal de Educação.

2 — Tornar efetiva a participação da Comunidade nos Conselhos de Escola.

3 — Fortalecer os canais de comunicação entre os Conselhos de Escola e Colegiados Intermediário e Central através da criação de um Conselho de representantes de Conselhos de Escola em cada Núcleo de Ação Educativa.

4 — Incentivar a articulação entre os Conselhos de Escola e as instâncias regionais da Administração Municipal.

5 — Implementar os Núcleos de Ação Educativa como unidades de apoio técnico-pedagógico às Escolas.

6 — Garantir a veiculação de informações entre os diferentes setores da Secretaria Municipal de Educação, contribuindo para a realização de sua política.

Metas

1 — Reformular o Regimento Comum das Escolas da Rede Municipal.

2 — Promover mais acompanhamento e assessoria nos processos de eleição e nas reuniões dos Conselhos através de Encontros Regionais entre representantes dos Núcleos de Ação Educativa e dos Conselhos de Escola, bem como da organização do Congresso Municipal Anual de Representantes dos Conselhos de Escola.

3 — Alterar ou reinterpretar a legislação, possibilitando aumento da autonomia orçamentária das escolas e ampliação dos recursos financeiros destinados ao pronto atendimento de suas necessidades.

4 — Promover formas de acompanhamento e participação das escolas na elaboração e divulgação das decisões sobre o ante-projeto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e da Lei Orgânica Municipal.

5 — Divulgar amplamente às Escolas e à população usuária dos serviços escolares, o **Plano Municipal de Educação** (art. 241 da Constituição Estadual de São Paulo), bem como, trimestralmente, **informações completas sobre recursos próprios arrecadados e transferências de impostos recebidas** (Art. 256 da Constituição Estadual de São Paulo) e sua respectiva aplicação na Educação Municipal, com especial destaque ao que se refere a construções escolares.

6 — Produzir publicações periódicas, como:

— **revista** destinada a educadores e funcionários da rede municipal de ensino.

— **boletim e jornal mural mensal**, para os mesmos destinatários, articulado com as publicações dos Núcleos de Ação Educativa.

de Ação Educativa.

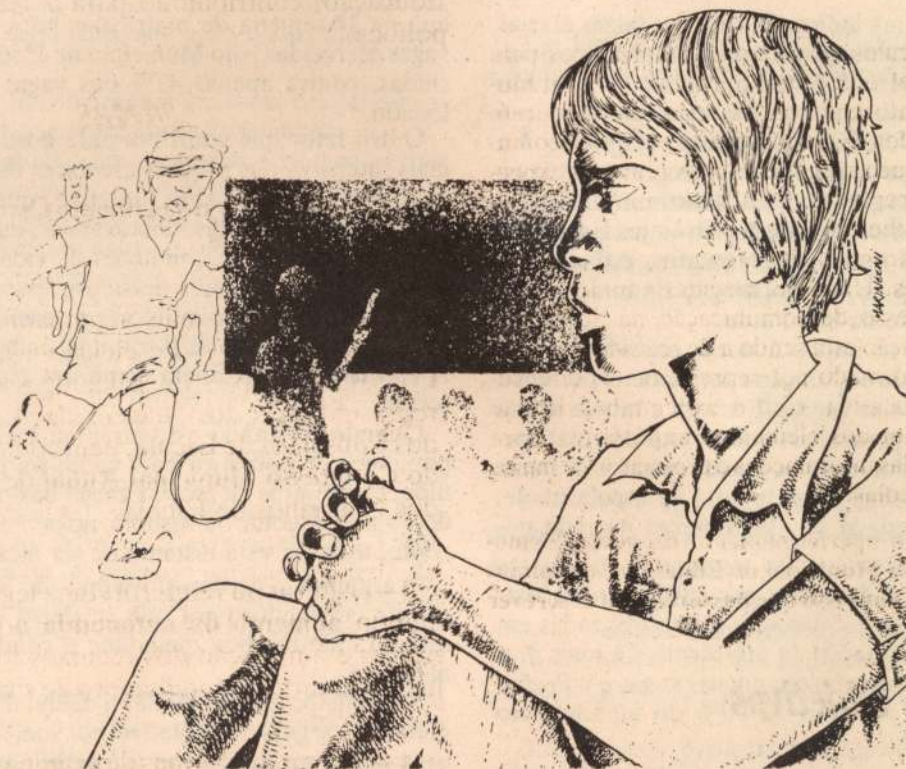
— jornais e outros veículos **elaborados nas próprias escolas**, pelos alunos e/ou professores.

7 — Compatibilizar a estrutura da Secretaria Municipal de Educação com a proposta de **descentralização** da Administração Municipal.

8 — **Operacionalizar** as funções e atribuições dos **Núcleos de Ação Educativa** e definir seu módulo de pessoal.

9 — Criar condições para que os **Núcleos de Ação Educativa sejam unidades orçamentárias em 1991**, permitindo-lhes agilizar as propostas pedagógicas.

2 — Democratização do Acesso



Quando tratamos da demanda escolar a ser atendida pela Secretaria Municipal de Educação, temos que considerar separadamente a de Pré-Escola (4 a 6 anos), a do Ensino Fundamental (7 a 14 anos) e a do Supletivo

(de 15 anos em diante).

Ao assumirmos a Administração encontramos o seguinte quadro de atendimento em relação à demanda.

ATENDIMENTO A DEMANDA, SEGUNDO MODALIDADE DE ENSINO E FAIXA ETÁRIA ESPECIFICADA (DATA BASE 31-03-1988)

Modalidade de Ensino e Faixa Etária	População Escolarizável	Pop. esc. com Renda Familiar de 0 a 5 s.m.	População matriculada (1) Redes (2)				População não Matriculada
			Municipal	Estadual	Particular	Total	
Pré-Escola 4a 6 anos	727706 100%	337816 51,9%	164531 22,6%	14325 2,0%	94410 13,0%	27366 37,6%	45440 62,4%
Ensino Fund. ex 1. grau 7 a 14 anos	171565 100%	909613 53,0%	370482 21,6%	779408 45,4%	272493 15,9%	1422383 82,9%	294182 17,1%

Fonte: SEMPLA — Projeção da População — 1988.

SEMPLA — Projeção da População por Micro Área — 7. Relatório (Índices de População de Baixa Renda—

SE/CIE — Escolas, Classes e Alunos por Distrito/Subdistrito do Município de S. Paulo — 1988.

SME/ATP/CI — Elaboração da Tabela.

Nota: 1) Excluídos de todas as redes os alunos excedem as faixas etárias indicadas.

2) Os dados da Rede Municipal de Ensino fornecidos pelo CIE diferem ligeiramente dos dados do Demonstrativo Numérico da SME — março de 1988.

Como a tabela acima indica, mesmo nas faixas etárias sobre as quais incide a obrigatoriedade legal de frequência à escola, o número dos não matriculados é muito elevado. Mais de três quintos das crianças de 4 a 6 anos estão fora da escola. No caso do grupo de 7 a 14 anos, a situação pode parecer menos grave, se fixarmos apenas o percentual (17,1%). Entretanto, a leitura do número absoluto correspondente — trezentas mil crianças — revela a realidade alarmante. Afinal, este montante é maior do que a população da maioria dos municípios do Estado de São Paulo.

Outro dado, que se impõe à nossa consideração, é que mais da metade da população escolarizável pertence ao contingente de baixa renda. Embora a tabela acima não especifique a origem sócio-econômica dos matriculados/não matriculados, sabe-se que os extratos de baixa renda são os mais atingidos pela falta de escolaridade. A estes cabe prioridade de atendimento na rede pública.

Para fazer frente à demanda por ensino pré-escolar e fundamental, nossas escolas vêm sendo utilizadas em seu limite físico. A situação da pré-escola é a mais dramática, já que o Estado oferece poucas vagas e a Prefeitura é responsável por mais de 90% do atendimento público desse ensino.

No caso do ensino fundamental, a sobrecarga pode ser atribuída à tradição de melhor ensino junto à população, fazendo com que, nos locais onde as duas redes coexistem, a clientela busque primeiro estas e só depois as escolas estaduais. A título de ilustração, constatamos

que na 1ª semana de matrículas para 1.990, 56% das vagas oferecidas pelo Município na 1ª série foram preenchidas, contra apenas 42% das vagas oferecidas pelo Estado.

Outro fator que contribui para a utilização cada vez mais intensiva dos prédios escolares da rede municipal é a demanda por ensino supletivo, que possui características muito próprias. Os jovens e adultos estão à procura de melhoria de condições de vida. A escola é um instrumento que auxilia nesse processo e os alunos têm consciência disso, pois suportam, como outras parcelas significativas da população, um trabalho desumanizado. A escola é vista também como um espaço de convívio social.

Quando o Estado assegurar uma educação pública popular e democrática para todos na infância e juventude, os projetos de escolarização básica de adultos tenderão a se esgotar ou assumir novas formas. Este horizonte, todavia, está distante de ser alcançado.

O argumento da transitoriedade do Supletivo não pode ser empecilho para que se deixe de investir nele, assegurando-lhe boa qualidade e condições de funcionamento.

Além de procurar atender a demanda por ensino fundamental regular e supletivo por meios convencionais, precisamos ainda recorrer a formas alternativas, já que existem hoje no município de São Paulo mais de 1 milhão de analfabetos. Este número é de tal magnitude que não pode ser absorvido pela rede de ensino.

Em 1.989, procuramos enfrentar a questão da

demanda pelas diferentes modalidades de ensino com as seguintes medidas:

- Criação de 17 classes comunitárias para pré-escolares. Atualmente, existem 135 dessas classes em funcionamento (a comunidade fornece o local e a Prefeitura os professores e a merenda).
- Transferência do Programa de Educação de Adultos da Secretaria do Bem-Estar Social para Secretaria Municipal de Educação. Com isso, 900 educadores e 25.000 alunos de 1ª a 4ª série incorporaram-se à Secretaria Municipal de Educação. Atualmente existem 946 classes de 1ª a 4ª série de ensino fundamental supletivo para adultos. A Secretaria Municipal de Educação ofereceu, em 1989, 742 classes de ensino supletivo de 5ª a 8ª série.
- Estruturou-se o Projeto MOVA (Movimento de Alfabetização de jovens e adultos para a Cidade São Paulo. Vide prioridade número 4, pg. 20

Foram tomadas várias outras medidas, referentes à construção, reforma e manutenção de prédios e equipamentos, resultando na melhoria do atendimento da demanda, ao nível da quantidade e da qualidade. Entre elas:

- Conclusão de 10 construções iniciadas em gestões anteriores. Há 11 construções em andamento.
- Reformas concluídas em 26 escolas e 20 escolas com reformas em andamento, garantindo sempre que possível o aumento do número de vagas através de ampliação de salas. No segundo semestre de 1.989, 50 escolas foram consideradas prioritárias e suas reformas acabam de ser licitadas. Além disto, até outubro de 1989, 2700 providências foram tomadas em relação às escolas que apresentavam problemas físicos de alvenaria, cobertura, hidráulica, eletricidade, etc. problemas estes que diminuam ou impediam a frequência dos alunos.
- Iniciado, em outubro/89, trabalho conjunto da Secretaria de Estado da Educação com a Secretaria Municipal de Educação em busca de uma política de atendimento total à demanda na faixa de 7 a 14 anos para 1.990. Uma das soluções de emergência para acomodar a demanda foi a construção de salas de madeirite pelo Estado e a ampliação do número de turnos nas escolas.

A somatória de todas essas iniciativas resultou, em 1.989, na ampliação do atendimento à demanda em todas as modalidades de ensino.

- Educação Infantil = + 1,85%
- Classes Comunitárias de Educação Infantil = + 30,70%
- Ensino Fundamental Regular = + 4,19%

- Educação Especial (Deficientes Auditivos) = + 57,37%
- Ensino Fundamental Supletivo = + 58,25%
- Ensino Médio Supletivo = + 51,21%

Apesar das realizações apontadas, consideramos que o problema do atendimento à demanda está longe de ser resolvido. Em 1990, nossos objetivos e metas quanto à demanda são os seguintes:

Objetivos

1 — Ampliar o atendimento à demanda real (crianças, jovens e adultos que buscam a matrícula) numa ação conjunta com a Secretaria de Estado da Educação.

2 — Melhorar as condições físicas das escolas para um atendimento mais adequado aos alunos.

3 — Desenvolver uma política que contribua para eliminar ou minimizar as depredações.

4 — Ampliar o atendimento da educação especial.

5 — Criar condições para, a partir de 1992, diminuir o número de alunos por classe em EMEIs e reduzir o número de turnos de 4 para 3 (dois diurnos e um noturno) em todas as escolas municipais de primeiro grau.

Metas

1 — Oferecer vagas na Pré-Escola de modo a atender prioritariamente a demanda localizada na faixa de 0 - 5 salários mínimos de renda familiar.

2 — Ampliar o esquema de Classes Comunitárias para atendimento aos alunos de pré-escola e, ao mesmo tempo, construir novas unidades escolares.

3 — Propor projetos alternativos de construções de EMEIs mais condizentes com a proposta pedagógica a ser desenvolvida.

4 — Oferecer vagas no Ensino Fundamental procurando atender 100% da demanda, num planeja-

mento conjunto com a Secretaria de Estado da Educação que inclua cooperação técnica e financeira do Estado.

5 — Organizar as EMPGs, em 1990 e 1991, com funcionamento em até quatro turnos, como procedimento emergencial e transitório, quando a demanda o exigir — mantendo classes de 35 alunos. Utilizar-se-á, ainda em 1990 e 1991, escolas em 4 turnos, classes de madeirite e salas alugadas, para dar cumprimento ao § 1º do art. 249 da Constituição do Estado de São Paulo, que obriga o Poder Público a prover vagas para atender à demanda do ensino fundamental obrigatório e gratuito.

6 — Ampliar em 28% a oferta de vagas no ensino fundamental noturno (regular e supletivo).

7 — Na falta de salas de aula para acomodar a demanda do Supletivo nos estabelecimentos municipais, utilizar os recursos materiais disponíveis da comunidade.

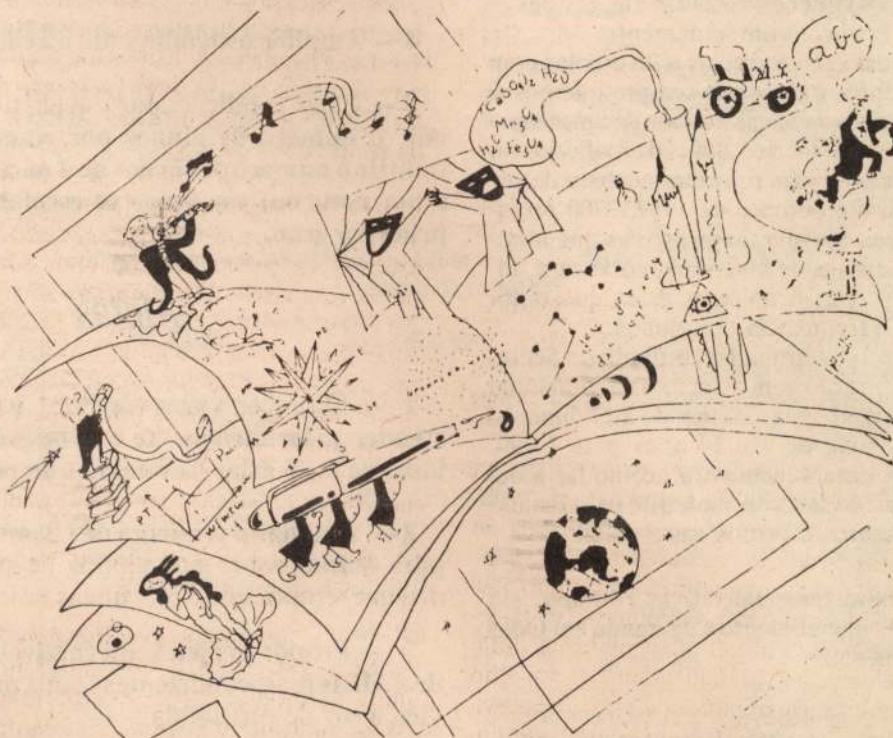
8 — Otimizar a ocupação dos equipamentos sociais para a instalação de classes de educação de adultos.

9 — Instalar classes de alfabetização nas Regionais (2 classes por Administração Regional) como forma de valorizar o servidor público municipal.

10 — Iniciar a construção de 43 Escolas Municipais de Educação Infantil até agosto de 1990.

11 — Reformar 131 EMEIs, 108 EMPGs e 04 EMEDAs.

3. Nova Qualidade de Ensino



Repensar a proposta pedagógica da Rede Municipal de Ensino é condição indispensável à concretização da

escola pública popular/democrática assumida como objetivo desta Administração.

O que já foi feito

a) Reorientação Curricular e Formação Permanente do Educador

O processo de discussões iniciado **na e com** a escola visa à reconstrução do instrumento básico de organização da escola, que é o currículo, aqui entendido numa perspectiva ampla e emancipadora. Caminhando na direção da reorganização do seu currículo, abrem-se perspectivas para que a escola seja criativa nas suas propostas pedagógicas, ampliando seu espaço de decisões ao formular projetos próprios e estabelecer, dentro das possibilidades e limites, uma proposta de formação de seus educadores.

A nova proposta pedagógica deverá garantir:

- o respeito à identidade cultural do aluno;
- a apropriação e produção de conhecimentos relevantes e significativos de forma crítica, para a compreensão e transformação da realidade social;
- a mudança da compreensão do que é ensinar e aprender;
- o estímulo à curiosidade e criatividade do aluno;
- o desenvolvimento do trabalho coletivo na escola;
- a democratização das relações na escola;
- a recuperação do papel do educador;
- a interação comunidade – escola como espaço da valorização e recreação da cultura popular.

A fim de realizar esta proposta, a Secretaria assumiu, como uma de suas ações principais, o Movimento de Reorientação Curricular, que inclui um Programa de Formação Permanente dos Educadores. As ações desses programas estão intimamente relacionadas: ora a Reorientação Curricular propõe direções à Formação Permanente, ora o Grupo de Formação Permanente propõe rumos para a Reorientação.

A conquista de uma nova qualidade de ensino pautada pelos princípios da proposta pedagógica acima descrita requer que a Secretaria Municipal de Educação assegure às escolas e aos seus profissionais, condições constantes de melhoria de trabalho.

O Movimento de Reorientação Curricular e o Programa de Formação Permanente permitirão a reconstrução coletiva do trabalho da escola bem como as condições de aperfeiçoamento constante dos educadores. No conjunto das ações que visam à melhoria das condições dos profissionais da Educação esta Administração considera também a necessidade de oferecer material didático, mobiliário e equipamento para apoiar o trabalho pedagógico, desburocratizar a vida funcional dos servidores, respeitar seus direitos constitucionais e desenvolver uma política salarial que responda às aspirações das diferentes categorias.

Em 1989, iniciou-se o **Movimento de Reorientação** abrangendo toda a Rede Municipal de Ensino.

Caracterizado como uma proposta de trabalho que passa inicialmente pelo repensar da prática pedagógica dos educadores, o primeiro momento da reorientação curricular — a problematização — ocorreu em agosto de 89. Os relatórios produzidos pelos professores foram recolhidos dos Núcleos de Ações Educativas. Os dados neles contidos foram analisados por uma equipe da Diretoria de Orientação Técnica e posteriormente discutidos com as equipes escolares, com apoio do texto "Movimento de Reorientação Curricular, Documento 2". A partir daí, foram elaborados os objetivos e metas pedagógicas para 1990. O Movimento de Reorientação Curricular está sendo "iluminado" por dois tipos de práticas: a primeira define-se por projetos gerados pelas próprias escolas e a segunda por uma modalidade de trabalho caracterizada pela interdisciplinaridade.

Dez escolas piloto foram selecionadas dentre aquelas que se inscreveram, em função de um conjunto de critérios e estão trabalhando com as equipes multidisciplinares dos Núcleos de Ação Educativa, sob a coordenação da Diretoria de Orientação Técnica e com a assessoria de professores da USP, PUC, UNICAMP.

A outra face do Movimento de Reorientação Curricular é o **Programa de Formação Permanente** através do qual os educadores podem discutir e reconstruir sua prática, na perspectiva de uma educação transformadora. Em 1989, foram organizados, com profissionais da Diretoria de Orientação Técnica e dos Núcleos de Ação Educativa, 159 grupos de formação, constituídos por professores de pré-escola, primeiras séries, coordenadores pedagógicos, diretores de EMELs e de EMPGs. No segundo semestre de 1989, as escolas foram incentivadas a constituir Grupos de Formação de Professores assumidos pelos coordenadores pedagógicos. Funcionaram, com pagamento de aulas excedentes, 298 grupos de professores alfabetizadores em EMPGs e 213 grupos de professores nas EMELs.

b) Quanto aos Recursos Materiais

No ano de 1989, houve um grande investimento nos itens material didático, mobiliário e equipamentos, instrumentalizando melhor o professor em sala de aula.

Em apenas um ano, a atual administração comprou mais carteiras para alunos de 1ª grau que a administração

passada em três anos. Em 1989, as escolas receberam 24 mil carteiras, contra 22981 recebidas entre 1986 e 1988. As escolas de educação infantil foram equipadas com 2000 conjuntos de mesas e cadeiras em 1989, enquanto que em todo período de 1986 a 1988 foram adquiridas apenas 3048 conjuntos. Além disso, as escolas receberam, no ano passado, 400 máquinas de escrever e 350 projetores de slides, contra 9 máquinas de escrever e nenhum projetor, na administração anterior. Foram distribuídos cadernos para alunos carentes em números 204 vezes maior que a soma de 1986 a 1988 e a quantidade de giz distribuída foi 10 vezes maior que a soma de 1986 a 1988.

Também no que se refere a material de limpeza, e de escritório destinados a dar suporte à infra-estrutura das escolas, compramos mais em um ano que a administração passada em três.

c) Quanto à Promoção de Recursos Humanos

Em 1989, os direitos dos concursados foram respeitados, tanto que entre fevereiro e dezembro de 1989, foram nomeados 914 professores de 1º grau Nível II remanescentes do concurso de ingresso de 1985, cuja validade expirou em 27.12.1989.

Pela primeira vez na história da administração pública municipal, 68 mil trabalhadores operacionais, dentre os quais 13.000 serventes escolares, 3.980 vigias e 6.907 contínuos-porteiros fizeram um concurso em que o seu "saber fazer" foi avaliado através de prova prática. A prova prática dos serventes escolares e vigias foi reali-

zada graças à colaboração voluntária dos educadores da rede municipal. Instituiu-se também, numa iniciativa pioneira, atendendo a reivindicação das categorias, o concurso de remoção de vigias e serventes escolares efetivos.

A Administração procurou, ainda, tornar mais rápida a solução de problemas referentes à nomeação em comissão, pagamentos atrasados, designações, aposentadoria, evolução, readaptação funcional, etc.

d) Quanto à Política Salarial

Dentro dos limites da atual legislação salarial e da receita do município, restringida pelo reajuste insuficiente dos seus impostos, alguns avanços foram conseguidos em relação à política salarial. Constatamos esses avanços tomando como referência a administração anterior. Naquela época, as perdas salariais sofridas pelo professorado chegaram a 47,2%, pois o piso salarial teve um reajuste de apenas 5.181,1%, para uma inflação de 9.900,8%.

Na atual administração, o reescalonamento das referências, em especial nos níveis operacional, básico e médio, significou 782,33% de reajuste, nos dez primeiros meses de 1989 — índice superior ao verificado pelo DIEESE, que foi de 578,25%.

No caso do magistério, é interessante analisar a tabela abaixo, que demonstra que em 1989 os aumentos em todas as categorias foram superiores ao Índice de Custo de Vida do DIEESE.

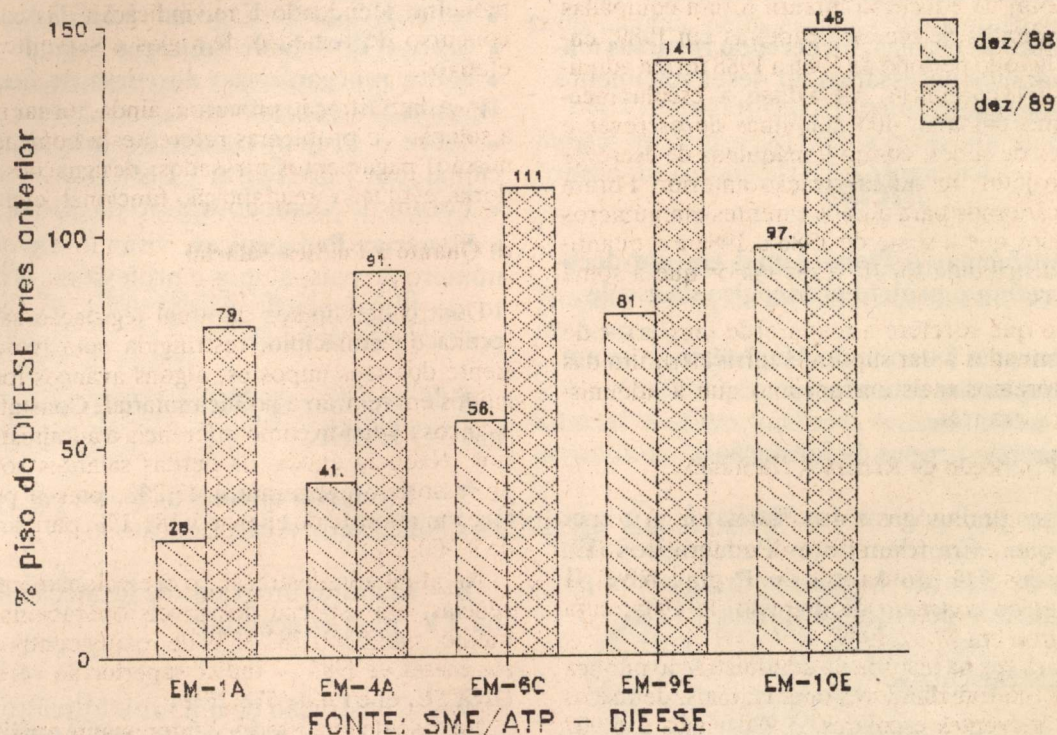
EVOLUÇÃO DOS SALÁRIOS — Crescimento nominal e crescimento real (acima da inflação)

Piso DIEESE (mês anterior)	DEZ/88		DEZ/89		Crescimento Nominal em 89 (Porcentagem)	Crescimento Real em 89 % (1)	Crescimento Real em 89 % (2)
	(NCz\$)	% Piso conseguido	(NCz\$)	% Piso conseguido			
Referências 20h semanais	219,85	100,00	3.323,01	100,0	1.411,44		
EM-1A	62,04	28,2	2.608,78	78,5	4.104,52	141,4	168,8
EM-4A	90,84	41,3	3.019,99	90,9	3.224,37	90,9	112,5
EM-6C	122,20	55,6	3.670,81	110,5	2.903,94	72,5	92,0
EM-9E	177,03	80,5	4.684,99	141,0	2.546,41	52,0	69,2
EM-10E	212,43	96,6	4.919,24	148,0	2.215,60	33,0	48,0

(1) em relação ao ICV do DIEESE — Índice de Custo de Vida do Departamento Intersindical de Estudos Estatísticos e Sócio-Econômicos
(2) em relação ao IPC do IBGE — Índice de Preços ao Consumidor do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Fonte: Assessoria Técnica e de Planejamento da Secretaria Municipal de Educação

DADOS COMPARATIVOS DOS NÍVEIS SALARIAIS - Dez/88 - Dez/89



A tabela e o gráfico demonstram o seguinte: no período de Dez/88 a Dez/89:

1 — Todos tiveram aumentos reais de salários, isto é, reajustes acima da inflação, seja ela a oficial, medida pelo Índice de Preço ao Consumidor do IBGE (IPC) ou a verificada pelo DIEESE, Índice de Custo de Vida do DIEESE (ICVD).

2 — Em 1989, a atual Administração conseguiu aproximar-se da meta de igualar o padrão do professor em início de carreira, sem curso universitário (EM-1A), ao piso salarial do DIEESE. Em Dezembro de 88 o padrão EM-1A era 28,2% do piso DIEESE do mês anterior; em dezembro de 89, este mesmo padrão atingia 78,5% do piso do DIEESE do mês anterior.

Como o salário de EM-1A corresponde ao padrão (20 h/aula) mais 10% de hora atividade (2 h/aula), o salário evoluiu de 31% do piso do DIEESE do mês anterior em dezembro/88, para 86,4% do piso do DIEESE do mês anterior em dezembro de 1989.

Apresentamos em seguida, os objetivos e metas que procuraremos atingir em 1990, para continuar cons-

truindo uma nova qualidade de ensino na rede municipal:

Objetivos

1 — Redimensionar a prática pedagógica, visando a **valorização da cultura popular**.

2 — Estimular alternativas pedagógicas inovadoras.

3 — Contribuir para a organização das classes populares, através da apropriação e elaboração do conhecimento, bem como através do estímulo aos Conselhos de Escola, Grêmios Estudantis e articulação entre escola e movimentos sociais.

4 — Redefinir o papel da escola, ampliando o conceito de **currículo como o principal instrumento da organização da escola**.

5 — Oferecer um programa de formação permanente aos educadores e funcionários.

6 — Valorizar e redimensionar as funções dos trabalhadores da educação.

7 — Atender as escolas, fornecendo recursos materiais e humanos necessários ao desenvolvimento da ação pedagógica.

Metas

1 — Transformar o Plano Anual em um documento que reflita o projeto pedagógico da escola.

2 — Elaborar o Estatuto do Magistério, com ampla participação dos educadores.

3 — Organizar grupos de formação:

- das equipes pedagógicas dos NAEs.
- de Diretores, Coordenadores Pedagógicos, Encarregados de Sala de Leitura e Professores por série, modalidade de ensino e turnos.

4 — Ministrando cursos:

- para professores de 5ª série, com participação de professores das 4ªs séries.
- de formação específica sobre recursos pedagógicos, metodologia e conhecimentos específicos das diferentes áreas.
- de formação de agentes culturais nos Núcleos de Ação Educativa visando a organização dos grupos de professores.
- de formação, para 550 educadores, sobre reorientação do curso de suplência I e II.
- de alfabetização para funcionários municipais (2 classes por regional, num total de 40).
- de Habilitação para o Magistério para 283 monitores de Educação de Adultos que não possuem a formação legalmente exigida.

5 — Promover fóruns, seminários internos

- sobre Reorganização Administrativa de Secretaria Municipal de Educação.
- sobre curso noturno, visando reorganizá-lo, com participação de 50 educadores.

- sobre avanços nas áreas educacionais específicas ou afins.

- sobre Educação Especial (EMEDAs)

- sobre o **Projeto de Educação Sexual**.

- sobre **reorganização do curso de Suplência I e II**, para 550 educadores.

- sobre o **Projeto Gênese** de Informática Educacional, em 5 EMPGs e 1 EMEDA.

- Fórum de Democratização das Escolas

- **Plenárias Pedagógicas**, visando envolver maior número de pais, alunos e professores no Movimento de Reorientação Curricular e na discussão da política educacional.

6 — Acionar as oficinas de Teatro Mamulengo nas 319 EMEIs.

7 — Promover oficinas de teatro para professores nos Núcleos de Ação Educativa.

8 — Elaborar programa de formação permanente na TV para educadores.

9 — Construção de um projeto-piloto de oficinas pedagógicas nos Núcleos de Ação Educativa, para produzir e divulgar materiais didáticos nas e para as escolas.

10 — Implementar o Projeto de Interdisciplinaridade nas 10 escolas piloto e ampliá-lo a partir do 2º semestre de 1990, em outras 100 escolas.

11 — Desenvolver projetos pedagógicos especiais em escolas que atendam crianças em período integral.

12 — Integrar as classes comunitárias à Política Educacional de SME, garantindo supervisão a 137 professores destas classes.

13 — Continuar repondo as perdas salariais, até atingir o piso do DIEESE para pagamento da jornada parcial do magistério.

14 — Alteração do vínculo empregatício dos professores comissionados e substitutos visando a garantir vantagens trabalhistas.

15 — Realizar concurso para o cargo de professor de Nível I e Educação Infantil.

16 — Legalizar a situação dos trabalhadores da Secretaria de Educação considerados estáveis.

17 — Realizar concursos de remoção para os operacionais que atuam na Secretaria de Educação.

18 — Completar o módulo de pessoal operacional em todas as unidades escolares.

19 — Prover as escolas de materiais e equipamentos didáticos, de recursos humanos, físicos e institucionais, bem como de material de consumo e permanente necessários ao trabalho pedagógico.

4 — Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos



Além do atendimento às crianças na faixa etária pelo ensino fundamental regular e aos fora da faixa etária própria pela Suplência I e II, está sendo considerada uma prioridade desta Administração minimizar o analfabetismo existente no município.

Para viabilizá-la, a medida de maior impacto foi a criação do MOVA-SP (Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos do Município de São Paulo), numa ação conjunta com os movimentos populares que vêm lutando contra o analfabetismo.

O lançamento do MOVA-SP, em outubro de 89, com a presença maciça desses grupos e movimentos populares, foi uma grande conquista. Afinal, ao garantir apoio

político-pedagógico e financeiro a essas entidades, a Secretaria Municipal de Educação possibilitará a expansão do atendimento aos adultos analfabetos.

A articulação entre a Secretaria Municipal de Educação e os Movimentos Populares resultou na construção de um Fórum dos Grupos Populares de Alfabetização, no qual foram melhor caracterizados a demanda e o atendimento realizado por esses grupos. Assim, foram traçadas as linhas gerais do projeto.

O MOVA-SP prevê a celebração de um convênio entre Secretaria Municipal de Educação e Movimentos Populares que já desenvolvem ou que venham a desenvolver experiências de alfabetização e pós-alfabetização.

Através do Convênio, a Secretaria de Educação se propõe a cumprir três funções:

1ª — apoiar financeira e materialmente os projetos de Alfabetização de Jovens e Adultos desenvolvidos pelos movimentos populares.

2ª — criar novos núcleos de alfabetização nas áreas onde os movimentos populares ainda não assumem esta tarefa.

3ª — garantir a orientação político-pedagógica e a formação permanente dos educadores populares através de Encontros sistematizados entre educadores dos movimentos populares e assessores da Secretaria Municipal de Educação.

Enquanto parceiros no Projeto, os educadores dos movimentos populares serão selecionados, sobretudo, por seu compromisso político com a tarefa do Projeto e sua disposição para a capacitação pedagógica coletiva.

Em dezembro de 89 aconteceu a aula inaugural do curso de capacitação da 1ª turma de monitores e supervisores do MOVA, com 320 participantes.

Como participar do MOVA

Para integrar-se ao MOVA-SP a entidade interessada deverá atender a critérios mínimos, a saber:

— já desenvolver, ou pretender iniciar, trabalhos de alfabetização e pós-alfabetização com grupos populares, sem fins lucrativos.

— que os trabalhos se desenvolvam dentro da concepção-político pedagógica libertadora.

— que os educadores tenham o domínio da leitura e da escrita.

— que os educadores populares se comprometam a participar do processo de formação permanente junto ao coletivo dos educadores do projeto MOVA-SP.

Em 1990, o MOVA tem os seguintes objetivos e metas:

Objetivos

1 — Desenvolver um processo de alfabetização que possibilite aos educandos **autonomia intelectual e leitura crítica da realidade.**

2 — Contribuir para o **desenvolvimento da consciência política** dos educandos e dos educadores envolvidos.

3 — Reforçar o **incentivo à participação popular e a luta pelos direitos sociais do cidadão**, ressaltando o direito básico à educação pública e popular.

4 — Reforçar e ampliar a **atuação dos grupos populares** que já trabalham com alfabetização de adultos na periferia da cidade.

Metas

1 — Ampliar para 2.000 o número de núcleos de alfabetização, atendendo a 60.000 alunos.

2 — Capacitar 2.000 monitores e 200 supervisores de núcleos de alfabetização.

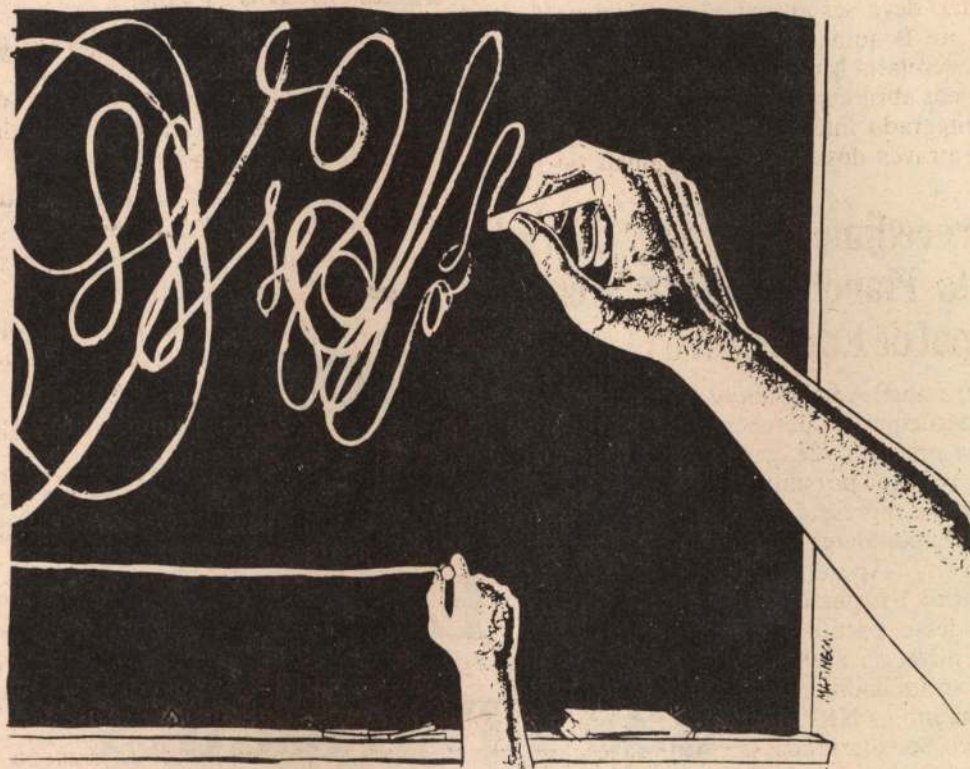
3 — Realizar o primeiro Congresso Municipal de Alfabetizando.

III

Condições Operacionais para Execução das Prioridades

Para concretizar nossos objetivos e metas,
duas condições são indispensáveis:
democratização do planejamento e
recursos orçamentários.

1 — Democratização do Planejamento



Como já foi mencionado na introdução deste documento, participação e descentralização implicam compartilhar poder, ou seja, autonomia para as escolas tomarem decisões em conjunto com a Administração Central.

Ao afirmarmos isso, estamos considerando que o planejamento é um processo através do qual se tomam decisões sobre questões político-educacionais. Planejar significa refletir sobre a prática, definir objetivos, acompanhar a sua implantação, avaliá-los e alterar a prática e/ou objetivos, quando necessário.

O planejamento deve ser retomado cotidianamente, confrontando-se objetivos e metas traçados com nossa prática. Esta é a condição básica para que o plano seja instrumento de mudanças da realidade e não se torne mais um documento que será engavetado e esquecido.

A sistemática de planejamento que a Secretaria Municipal de Educação está propondo contempla três aspectos básicos:

1 — Elaboração, pelos Conselhos de Escola, dos Planos Anuais das unidades escolares, considerando as dire-

trizes, objetivos e metas contidos no presente documento.

• O conjunto dos planos das escolas mais os projetos dos Núcleos de Ação Educativas (NAE's), da Coordenadoria dos Núcleos de Ação Educativa (CONAE) e Gabinete, comporão o Plano Anual e Orçamentário da Secretaria Municipal de Educação.

2 — Desburocratização da Secretaria, o que agilizará o processo de Planejamento.

3 — Integração do Planejamento da Secretaria Municipal de Educação com o da Administração Municipal como um todo.

Para a elaboração do Plano Anual, os representantes do Conselho devem reunir-se, consultar seus representantes e deliberar sobre as diretrizes, objetivos e metas da escola em relação aos seguintes aspectos: **Administrativo** (recursos humanos, prédios e equipamentos); **Pedagógico** (planos de curso por área e série, formação de professores); **Gestão Democrática** (quanto ao próprio

Conselho, Associação de Pais e Mestres e Grêmio Estudantil); **Relação com a Comunidade e Movimentos Populares Organizados.**

Este Plano deve ser entregue nos Núcleos de Ação Educativa na 1ª quinzena de **março**, já que o Plano Anual da Secretaria Municipal de Educação precisa estar pronto em abril e sua elaboração se completa num trabalho integrado inter-secretarias, realizado, principalmente, através dos Núcleos Regionais de Planejamento.

2 — Procedimentos finais da elaboração do Plano Anual da Secretaria Municipal de Educação: o Orçamento.

Em 1989, a atual Administração, coerente com os princípios de participação, descentralização e autonomia, definiu pela primeira vez que a elaboração das prioridades fosse balizada por uma consulta à população, através de conselhos representativos dos setores organizados e de plenárias populares convocadas pelas Administrações Regionais. Apesar de um processo ainda limitado de participação, a população pode expor seus problemas e necessidades e discutir com vereadores, administradores e técnicos da Prefeitura as soluções propostas. Este processo foi coordenado pelos Núcleos Regionais de Planejamento — NRP's — compostos por representantes de cada Secretaria com atividade na Região, inclusive a Secretaria Municipal de Educação, representada por servidores dos Núcleos de Ação Educativa (NAEs).

Os Núcleos Regionais de Planejamentos (NRPs) foram importantes na definição das prioridades de cada região. Na maioria dos casos, as prioridades apontadas foram a pavimentação de vias, canalização de córregos, construção de passagens subterrâneas, pontilhões, etc. Seguiram-se transporte urbano, postos de saúde, creches e casas populares.

As assembléias promovidas pelos NRPs propuseram construções de escolas e, em alguns casos, também reformas e ampliações. A consulta às escolas indicou as necessidades de materiais e pessoal, além das propostas pedagógicas, encaminhadas através dos "mapas" publicados no Diário Oficial. Todas estas propostas — salvo as não aprovadas pela DOT — foram incluídas numa proposta orçamentária de Secretarias, iniciando-se assim um processo de superação do trabalho setorial até então desenvolvido pelas Secretarias, com envolvimento das Administrações Regionais e da população nas decisões de ordem orçamentária.

A continuidade destes procedimentos que possibilitam maior organicidade da Secretaria como um

tudo e a integração da área educacional à Administração Municipal deverá ser garantida pelos seguintes objetivos e metas:

Objetivos

1 — Garantir maiores recursos financeiros e condições orçamentárias ao atendimento das necessidades das unidades escolares.

2 — Preparar a infra-estrutura para que os Núcleos de Ação Educativa (NAEs) assumam autonomia orçamentária, permitindo agilizar as propostas pedagógicas nas escolas.

3 — Desburocratizar os procedimentos orçamentários das escolas e dos órgãos centrais da Secretaria Municipal de Educação.

4 — Racionalizar os procedimentos administrativos.

5 — Integrar as ações da Secretaria Municipal de Educação às demais Secretarias e Administrações Regionais.

6 — Continuar providenciando a infra-estrutura no que se refere ao armazenamento e distribuição de materiais, a transportes e atividades complementares, que agilizem os procedimentos administrativos.

7 — Sistematizar a atuação dos representantes da Secretaria Municipal de Educação nos Núcleos Regionais de Planejamentos (NRPs) conforme as diretrizes da Administração Municipal.

Metas

1 — Repassar recursos para as Administrações Regionais transferindo a estas parte da responsabilidade pela manutenção de prédios e equipamentos escolares.

2 — Desburocratizar o uso das verbas de 1ª escala.

3 — Agilizar os processos licitatórios.

4 — Ampliar as possibilidades de repasses de recursos a órgãos que agilizem o sistema de compra.

5 — Melhorar o funcionamento do setor de manutenção da Coordenadoria dos Núcleos de Ação Educativa.

6 — Reequipar a frota.

7 — Reciclar o pessoal de apoio administrativo dos órgãos da Secretaria de Educação.

Conclusão

As providências, objetivos e metas aqui expostos, fruto da elaboração e trabalho realizado em 1989, só poderão ser colocados em prática se todos estiverem empenhados na tarefa educativa, de forma planejada, coletiva e sistemática.

O compromisso com a transformação exige de nós o trabalho quotidiano e a disposição para enfrentar os enormes obstáculos que se colocam à democratização da escola e da sociedade.

Esta Administração se empenha em reverter a inércia e a acomodação, que tornam a escola pública um espaço destituído de vida e criatividade.

Incentivaremos, com recursos materiais e apoio técnico, todas as propostas que visem formar um cidadão intelectualmente autônomo, capaz de ler a realidade de forma crítica e intervir nela com consciência.

Durante a semana de planejamento as escolas receberão orientações sobre como registrar estas propostas em seu Plano Anual.

A Reforma da Administração Pública da Cidade de São Paulo

DIRETRIZES

Introdução

A orientação básica do nosso Plano de Reforma é a transformação da Administração Pública, buscando uma nova relação Estado/Sociedade e visando promover:

- a mudança dos hábitos e costumes de uma prática político-administrativa antidemocrática que privilegia o clientelismo, o paternalismo e a corrupção;
- o equilíbrio na distribuição de bens e serviços ao conjunto da população;
- o desenvolvimento da competência administrativa para gerir o patrimônio e os serviços municipais em resposta aos interesses públicos.

Para atender a esses objetivos impõe-se uma ampla Reforma da Administração Pública que introduza a democracia, a transparência, a valorização do trabalho e a participação na Administração Municipal.

Tal tarefa deve contemplar as seguintes diretrizes:

- 1 — Participação Popular;
- 2 — Direito à Informação;
- 3 — Descentralização e Desconcentração;
- 4 — Valorização do Trabalhador Municipal;
- 5 — Administração Direta: Uso Racional dos Recursos Humanos, Materiais e Financeiros;
- 6 — Acessibilidade dos Serviços, Bens e Equipamentos da Administração Municipal ao conjunto da população.
- 7 — Desenvolvimento da Cidadania;
- 8 — Integração com os Municípios da Região.

Entendemos a Reforma não apenas como um processo técnico-científico, mas como um processo político-

social que reconheça o direito da sociedade intervir na administração de sua cidade, criando alternativas para a relação entre estrutura organizacional, sociedade e governabilidade.

A Reforma da Administração Pública deve ser um processo permanente e dinâmico de transformação de atitudes, procedimentos, sistemas e estruturas administrativas. Insere-se no contexto político, econômico e social, na busca de melhor cumprimento de todos os objetivos visados pela Administração, tanto os que constituem a sua razão de ser como aqueles que a conjuntura política demanda.

1 — Participação Popular

Na medida em que se considera a Reforma como um processo político-social, não se pode desenvolvê-la somente a partir do comando de técnicos. Assim, a Administração Municipal criará canais para que também os cidadãos sejam os agentes sociais das Reformas a serem implementadas. São os cidadãos e não técnicos que constituem a razão do Setor Público.

Uma ampla Reforma da Administração Pública só se viabiliza com a participação da população e dos servidores, seja diretamente, seja através de setores organizados da Sociedade Civil, de forma autônoma, livre e independente.

Ao Governo compete garantir os espaços reclamados pelos cidadãos já no processo da Reforma. A participação, desde a definição das mudanças, funda-se em reconhecer nos cidadãos o papel de promotores de um desenvolvimento acima de tudo político-social.

Esta participação ativa da sociedade é instrumento para criar pressões na busca de transformações mais efetivas e legitimadoras do Setor Público.

Trata-se de reconhecer, na população, o direito de formular as questões sobre as quais a Administração deverá debruçar-se e oferecer respostas. E isto é mais do que conjecturar se a participação terá um caráter consultivo ou deliberativo, como ainda insistem alguns que esquecem o conflito de interesses em jogo na Administração Pública.

2 — Direito à Informação

A população terá dificuldade de controlar e intervir no processo administrativo se este mostrar-se confuso, complicado ou burocrático. Portanto, os atos administrativos deverão ser claros e transparentes, de modo que todos possam entender a sua razão de ser e as suas consequências. Afinal, é um direito do cidadão saber como, porque e para que o seu dinheiro está sendo utilizado.

Para tanto, a Administração garantirá, de forma legal e prática, o acesso a toda informação pertinente à Administração Municipal.

3 — Descentralização e Desconcentração

Uma Administração que se orienta pela participação deve promover a descentralização e desconcentração de serviços, objetivando maior proximidade com a população.

Espera-se que esse processo aumente o grau de resolução nos diversos setores da Administração. A população interessa resolver seu problema e à Administração compete solucioná-lo ou encaminhar o usuário diretamente ao local onde será resolvido.

4 — Valorização do Trabalhador Municipal

Uma Administração democrática, além de propiciar condições humanas de trabalho, deve criar condições concretas de valorização do trabalhador municipal, que é a base para a Reforma da Administração Pública.

Para que isso aconteça, devemos:

- reformular as relações de trabalho entre Prefeitura e servidores municipais, dentro do novo quadro institucional definido pela Constituição Federal, assegurando o respeito aos direitos já reconhecidos, inclusive no que se refere à liberdade de organização e atuação sindical;
- rever o Estatuto do Servidor a partir da concepção deste como trabalhador comprometido com a prestação de serviços à população;
- consagrar o direito da representação e participação dos funcionários municipais em todos os assuntos que interessem à organização do seu trabalho e que digam respeito à sua vida funcional;
- garantir tratamento justo e equânime para todos os

servidores, não admitindo discriminação e impedimento ao trabalho por motivos de crença, opiniões ou filiação político-partidária;

— criar mecanismos de atualização, desenvolvimento e formação de pessoal;

— elaborar um plano de carreira que valorize o desempenho profissional, assegure retribuição salarial justa e oportunidade de ascensão funcional para todas as categorias;

— abrir espaços de maior participação, de modo que cada trabalhador adquira uma visão de conjunto de seu trabalho, da atuação da Administração Municipal e das suas implicações, que lhe permita ampliar ainda mais esses espaços.

5 — Administração Direta

Uso racional dos Recursos Humanos, Materiais e Financeiros.

É comum na Administração Pública a utilização inadequada dos recursos disponíveis, o que resulta em grande desperdício de materiais, máquinas e equipamentos, e em sub-aproveitamento do potencial de seus servidores.

O uso inadequado do dinheiro público é agravado pela ocorrência de negociatas e atos de corrupção que beneficiam indivíduos e grupos econômicos, em prejuízo da coletividade.

Nossas ações devem orientar-se pelo combate à corrupção, ao desperdício dos recursos materiais e financeiros e para o reaproveitamento dos Recursos Humanos.

6 — Acessibilidade dos serviços, bens e equipamentos da Administração Municipal ao conjunto da população

A atual Administração entende que é necessário melhorar a qualidade de vida da população, dando prioridade aos segmentos populares, como forma de redistribuir, através de serviços e obras, o produto arrecadado pelos tributos.

Cabe à Administração atender aos objetivos de melhor aproveitamento dos recursos públicos e acessibilidade dos serviços pela população, inclusive, assumindo progressivamente os serviços essenciais que lhe competem e vêm sendo prestados por concessionárias, desde que submetidos ao controle da população.

7 — Desenvolvimento da Cidadania

É condição básica para que os moradores exerçam sua cidadania o conhecimento de seus direitos e garantias constitucionais. A população precisa dispor de meios para lutar pela ampliação desses direitos e criar outros.

Impõem-se, portanto, a necessidade de desenvolver programa de orientação aos moradores sobre os seus direitos, enquanto trabalhadores/produtores, contribuintes, consumidores e cidadãos. A criação de defensorias dos cidadãos é uma proposta a ser efetivada.

8 — Integração com Municípios da Região.

Dadas as características da região metropolitana, uma série de problemas extrapola os limites geográficos do município. Muitas vezes as soluções só se viabilizam a nível regional. Daí a necessidade de uma integração que se traduza em convênios inter-municipais de ações políticas integradas na defesa do interesse da região.

Além disso, a ação integrada pode contribuir para a maximização dos recursos disponíveis com consequente redução de custos e melhoria da qualidade de soluções, bem como para atenuar o efeito de desigualdade de recursos humanos e materiais entre as diversas prefeituras.

Plano da Reforma

Para fazer valer um novo modelo de administração pública que contemple as diretrizes aqui elencadas, deve-se considerar a máquina administrativa herdada em seu conjunto: sua atual estrutura, tecnologia disponível, limites de recursos e corpo legal que a legitima, sob pena de não podermos diagnosticá-la e, consequentemente, não modificá-la.

No entanto, não basta considerar apenas a atual estrutura, pois nosso objetivo não é somente o de uma reforma administrativa enquanto um processo técnico-científico, mas, principalmente o de uma reforma da administração pública enquanto um processo político-social, ou seja, como:

— uma entidade historicamente instituída, sujeita à interferência dos agentes políticos e sociais e expressando a manifestação dos interesses destes, consensuais ou conflitantes, e

— uma entidade politicamente orientada, que se envolve e é envolvida no processo de negociação e implementação daqueles interesses na sociedade.

Vale ainda lembrar que se se quer terminar com o clientelismo, o paternalismo e a corrupção, bem como introduzir a democracia, a transparência, a participação, o equilíbrio na distribuição de serviços e o desenvolvimento da competência administrativa; o nosso plano de reforma deve incluir ampla discussão com a cidade.

O plano aqui apresentado procura resgatar o caráter público da Administração Municipal, principalmente no momento em que se quer transformá-la, reconhecendo nos cidadãos o poder de, juntamente com o Governo Municipal, decidir o porquê e o para que da administração pública.

Formação de Grupos de Trabalho

Propõe-se a composição de três tipos de Grupos de Trabalho, responsáveis pelas diferentes dimensões que envolvem o processo da Reforma, ou seja:

— Grupo Coordenador da Reforma da Administração Pública

Responsável pela coordenação geral do processo de elaboração do "Plano de Reforma da Administração Pública".

— Grupos de Trabalho Executivo

Responsáveis pela alimentação do processo, com base no conhecimento da realidade atual de cada Secretaria, Autarquia ou Empresa Pública.

— Grupos de Trabalho Temáticos

Responsáveis pela proposição de políticas setoriais e fornecimento de subsídios técnico-administrativos

A composição destes grupos contemplará sempre a participação dos diversos órgãos da PMSP e dos servidores. Entidades da sociedade civil deverão ser consultadas, sempre que se julgar necessário.

Paralelamente a isso, cada grupo preverá formas diretas de apresentação de críticas ou propostas por parte da população e servidores em geral.

Texto publicado no D.O.M. — suplemento do dia 02/08/89

A Reforma Administrativa na Secretaria Municipal de Educação

Composição do Grupo Executivo de Reforma Administrativa (GERA).

A Secretaria Municipal de Educação (SME) conta com dois grupos de representantes na composição do GERA: os representantes da Administração, central e regional, e representantes dos funcionários.

A Secretaria Municipal de Educação adotou, como critério para representação dos funcionários, a indicação feita pelos respectivos Sindicatos e Associações de Funcionários Públicos que mantêm relação com a educação: Sindicato dos Professores e Especialistas em Educação do Ensino Municipal (SINPEEM), Associação dos Professores e Funcionários do Ensino Municipal (APROFEM), Sindicato dos Funcionários Públicos Municipais e Associação dos Funcionários Públicos.

O Grupo indicou, dentre os participantes, os servidores que deveriam representar a Educação nos diferentes Grupos de Trabalho Temáticos, que são seis: Política de Recursos Humanos, Política de Informática, Procedimentos Patrimoniais, Procedimentos Licitatórios, Procedimentos Econômico-Financeiros e Figuras Jurídicas da Administração Pública.

O Grupo de Trabalho de Política de Recursos Humanos está dividido em sub-grupos temáticos, como o de política salarial, estatuto do funcionalismo público, plano de carreira, treinamento e desenvolvimento de pessoal, promoção e acesso, concurso de ingresso, engenharia de segurança e medicina de trabalho, benefícios, movimento de pessoal e vínculo empregatício, que contam com representação de pelo menos um elemento do GERA/Educação.

Como funciona o GERA

A Secretaria Municipal de Educação já havia adotado desde o 1º semestre de 1989, algumas providências visando tanto a uma atuação mais racional da Administração, quanto ao desencadeamento do processo de descentralização no seu âmbito.

Não foi por acaso que, logo no primeiro dia de governo, os Conselhos de Escola readquiriram o seu caráter deliberativo, inaugurando o que vem sendo a marca desta Administração: a deliberação mais coletiva sobre as orientações político-educacionais a serem adotadas no município.

Em seguida, foi transferida à Secretaria Municipal de Abastecimento a responsabilidade pela aquisição e distribuição da merenda escolar que tanto onerava, em termo de recursos financeiros e tempo, a Secretaria de Educação.

O Departamento de Saúde Escolar, por sua vez, foi assumido pela Secretaria Municipal de Saúde, podendo implementar uma política de saúde escolar de forma mais integrada com a política de saúde para a população da cidade de São Paulo.

Em junho de 1989, promovemos uma reorganização parcial da Secretaria de Educação, quando as Delegacias Regionais de Educação (DREMs) foram extintas, originando os Núcleos de Ação Educativa (NAEs). Visava-se com isto superar os aspectos fiscalizadores e burocráticos que tradicionalmente caracterizavam as Delegacias de Educação, transformando-as em órgãos de apoio técnico e pedagógico para as unidades fins do sistema escolar: as escolas. A antiga Superintendência Municipal de Educação (SUPEME) e o Departamento de Planejamento e Orientação (DEPLAN), foram transformados em Coordenadoria dos Núcleos de Ação Educativa (CONAE) procurando-se com esta providência superar a tradicional dicotomia entre os aspectos administrativos e pedagógicos.

O Grupo Executivo de Reforma Administrativa tem se reunido semanalmente desde outubro de 1989 e traba-

lhado com base em planilhas que todos os órgãos da Secretaria de Educação preencheram, onde era explicitados o seu funcionamento atual, as eventuais distorções e as primeiras propostas para superá-las.

O preenchimento das planilhas propostas pelo Grupo Coordenador da Reforma Administrativa e comum a todas as Secretarias Municipais, Autarquias e Fundações implicou:

- a realização de um diagnóstico do funcionamento atual da Secretaria de Educação, nos seus diferentes órgãos (para isso os representantes regionais consultaram o pessoal de pelo menos três escolas, visando a caracterização de problemas). Este diagnóstico abrangia um estudo da estrutura — organogramas, cargos, competências e atribuições dos órgãos — bem como os dos métodos e processo de trabalho;
- a avaliação preliminar da reorganização parcial da Secretaria Municipal de Educação, com identificação dos pontos de estrangulamentos na sua ação, que ainda permanecem;
- a avaliação preliminar da estrutura administrativa da Administração Municipal no seu todo visando a identificar ações educativas que implicam em atuação intersecretarial e que vêm apresentando problemas, seja pela

ineficácia seja pela identidade de função com outros órgãos setoriais;

- propostas preliminares de reorganização do funcionamento atual, tendo em vista as novas exigências de estruturação, face a definição constitucional da educação de zero a seis anos como pertencente ao “sistema de ensino”;

- algumas propostas consensuais de descentralizações de atividades e tarefas.

A partir do material produzido em 1989, o GERA/SME decidiu elaborar um documento com as análises, propostas alternativas e respectivas justificativas das alterações, que será levado para discussão ao conjunto da rede de ensino.

Na medida em que cada Conselho de Escola, e a escola como um todo, puder discutir não só seu funcionamento, mas a organização da administração pública na cidade visando a um melhor atendimento à população usuária dos serviços educacionais, sem dúvida a nova escola sonhada estará sendo gestada. A participação de todos, portanto, será fundamental na determinação de como será gerida e organizada a Educação no município de São Paulo.





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

Prefeita

Luiza Erundina de Sousa

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Secretário

Paulo Reglus Neves Freire

EXPEDIENTE

Este documento foi elaborado considerando-se a análise, identificação de problemas, necessidades e alternativas de solução levantadas nas Reuniões de Avaliação realizadas em plenárias envolvendo os Núcleos de Ação Educativa, a Coordenadoria dos Núcleos de Ação Educativa e o Gabinete da Secretaria Municipal de Educação de S. Paulo.

Tiragem:

34 mil exemplares.

Diagramação e Fotocomposição:

Paz — Fone: 221-7590

Impressão:



IMPRESA OFICIAL DO ESTADO S.A. IMESP

Rua da Mooca, 1.921 — CEP 03103 FONE (PABX): 291-3344

• Ilustrações gentilmente cedidas pela Associação Nacional de Educação — ANDE.